

# melhores sites de aposta esports

Imposto sobre Apostas Esportivas em 2024 no Brasil: O Que Você Precisa Saber

A partir de 2024, haverá uma mudança significativa na forma como o Brasil trata as apostas esportivas. De acordo com a lei sancionada pelo Planalto, agora será cobrado um imposto de 15% sobre o valor líquido dos prêmios obtidos pelos apostadores, além de uma taxa de 12% sobre o faturamento das plataformas de apostas esportivas. Veja abaixo mais detalhes sobre o que isso significa para os apostadores e as empresas envolvidas.

As principais mudanças na legislação ocorrerão a partir de 30 de dezembro de 2024, trazendo uma tributação de 12% sobre a renda das plataformas de apostas on-line e de 15% sobre o prêmio das pessoas físicas. Agora os apostadores brasileiros serão cobrados uma vez por ano se o valor do prêmio ultrapassar R\$ 2.112, o que corresponde à faixa do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

As empresas do segmento serão tributadas em 12% no Imposto de Renda. Para explorar as apostas, elas deverão ter sede e administração no país. Adicionalmente, a lei exige que as empresas de apostas esportivas eletrônicas paguem uma taxa de 18% sobre suas vendas (ou faturamento) das casas de apostas, descontada o pagamento de premiações.

Alguns pontos importantes anotados:

- O imposto de 15% sobre o prêmio das pessoas físicas entra em vigor para qualquer valor obtido pelos apostadores.
- As plataformas de apostas esportivas têm de aderir à nova legislação e pagar o imposto sobre o faturamento.
- As empresas serão tributadas no Imposto de Renda a uma taxa de 12%.
- Os apostadores serão cobrados anualmente e precisam declarar os prêmios com um valor maior do que R\$ 2.112.

Em resumo:

A nova legislação brasileira traz grandes alterações para o setor de apostas esportivas. Agora, haverá uma taxa de 12% que afetará os apostadores assim como as plataformas envolvidas em apostas esportivas. As mudanças irão influenciar como os envolvidos tratarão as apostas esportivas em 2024 e por isso é importante entender as ramificações da legislação para estar de acordo com os novos requisitos do governo.